

CAPÍTULO XX

Os Trabalhadores e a Crise Política

Depois de dez anos de silêncio os trabalhadores voltam a se manifestar politicamente e a reivindicar melhores salários no Brasil. Este processo teve início no segundo semestre de 1977, quando a denúncia da manipulação dos índices de preços de 1973 levou os sindicatos a reivindicar a respectiva reposição salarial. E depois disso as manifestações dos trabalhadores, ainda que sempre muito moderadas e prudentes, foram-se sucedendo. Líderes sindicais até há pouco desconhecidos despontaram no cenário nacional. Por ocasião das comemorações do primeiro de maio as declarações e atitudes desses líderes revelavam uma independência e uma consciência políticas novas, a desmentir a crença generalizada de que o sindicalismo foi totalmente emasculado pela cooptação e pela repressão estatal. Finalmente, na segunda semana de maio de 1978, os trabalhadores metalúrgicos de São Bernardo realizam a primeira greve significativa depois da greve de Osasco em 1968.

Este renascimento do movimento sindical brasileiro, entretanto, não se deve a um rebaixamento recente nos níveis de salários reais dos trabalhadores nem ao agravamento de suas condições de trabalho. É certo que os salários dos trabalhadores vinham sendo sistematicamente rebaixados desde fins dos anos cinquenta no Brasil, enquanto cresciam os ordenados dos tecnoburocratas e, ultrapassada a crise de 1962-1967,

também passava a crescer a taxa de lucro dos capitalistas. Mas, a partir da derrota do Governo nas eleições de novembro de 1974, há uma inflexão na política salarial governamental. A taxa de salários cresce em 1975, em função do novo salário mínimo e dos correspondentes índices de dissídio coletivo, cerca de 10% acima da taxa de inflação nesse ano. E nos anos seguintes os salários se estabilizam, não ganhando mas também não perdendo com a inflação. Houve, portanto, uma elevação dos salários médios reais que foi significativa ao ponto de levar o DIEESE, órgão de estudos econômicos patrocinado pelos sindicatos de São Paulo, a atribuir a baixa da taxa de mortalidade infantil ocorrida em 1976 e 1977 a esse aumento dos salários, que permitiu às famílias trabalhadoras alimentar-se um pouco melhor.

Isto não quer dizer que tenha havido uma significativa desconcentração de renda no País, cuja economia continua marcada por desigualdades econômicas radicais. Mas o recente aumento da taxa de salários, ainda que modesto, torna claro que a recente movimentação dos trabalhadores não pode ser atribuída a um rebaixamento de salários. É óbvio que os baixos salários e a grande concentração de renda constituirão a base de suas reivindicações, mas é preciso ir buscar uma outra causa, um fato novo para o recrudescimento das mesmas.

Na verdade este fenômeno só ganha sentido no contexto da crise política mais ampla que vem marcando a sociedade brasileira desde 1975. Na medida em que através dessa crise se processa a ruptura de uma aliança de classes entre a burguesia e a tecnoburocracia estatal, na medida em que a burguesia pleiteia o fim do regime autoritário vigente, o modelo político tecnoburocrático-capitalista é profundamente abalado, o sistema de poder perde legitimidade e os trabalhadores encontram o ambiente próprio para não apenas reivindicar salários mas também aumentar sua participação política. A crise ao nível das classes dominantes abre espaço para os trabalhadores ampliarem sua faixa de participação política.

Esta atuação, por sua vez, não tem nada de revolucionária ou de subversiva. Os trabalhadores urbanos brasileiros já foram suficientemente integrados na sociedade capitalista para dela fazer parte constitutiva. Apesar dos muitos anos de rebaixamento salarial, esta integração continuou a se processar seja

através da absorção de um contingente cada vez maior de trabalhadores nas atividades urbanas, seja através de promoções ao nível interno das empresas e de outras oportunidades de mobilidade social que o dinamismo do crescimento econômico permitia, ainda que de forma limitada.

Como nos países capitalistas centrais, também no Brasil, onde o capital industrial ou mais genericamente produtivo já se tornou dominante, os trabalhadores assalariados e sindicalizados constituem uma parte integrante do sistema social. Não obstante, o mito que transforma os trabalhadores e sindicatos em revolucionários, em fonte permanente de subversão, continua a existir. É alimentado por um certo tipo de esquerda radical ou ortodoxa para a qual a revolução é sempre iminente. E paradoxalmente também é alimentado pela direita, que pretende legitimar vários graus de autoritarismo e até o próprio fascismo a partir da pretendida ameaça representada pelos trabalhadores e seus sindicatos.

Se a revolução proletária é improvável, só podendo ganhar substância em momentos de crise muito profunda de um dado sistema capitalista, a luta de classes é um fenômeno permanente. A organização sindical é uma das formas por excelência através da qual a luta de classes se institucionaliza dentro do sistema capitalista. E a greve é o método institucionalizado através do qual os trabalhadores exercem a luta de classes. Nestes termos, quando os trabalhadores passam a reivindicar mais energicamente elevação de salários e recorrem à greve, como voltou a ocorrer no Brasil, estes serão encarados como fenômenos normais pela burguesia se ela estiver muito contaminada pelo mito revolucionário existente sobre o movimento sindical.

No Brasil, no fim dos anos cinquenta e começo dos anos sessenta, esse mito ganhou uma aparente substância na medida em que o desenvolvimento do movimento sindical coincidia com o colapso do Estado populista. A crise política derivada do vazio de poder que a ruptura do pacto populista propiciava era assim agravada pela crescente autonomização do movimento sindical. Já no fim dos anos setenta, ainda que assistamos à ruptura de um pacto político, a situação é completamente diversa. Os trabalhadores não fazem parte da aliança de classes em crise. A burguesia não se sente ameaçada. Está unida e pleiteia uma ampliação de seu poder político, através do

fim da tutela tecnoburocrática estatal e do restabelecimento dos mecanismos democráticos de governo. E nesse projeto de hegemonia política a burguesia conta com o apoio de parcelas ponderáveis da sociedade, na medida em que o projeto democrático atende aos objetivos da grande maioria da população.

Os trabalhadores, por sua vez, não têm qualquer projeto de hegemonia política, nem estão sendo estimulados a isto pela esquerda. Dentro desse quadro, é perfeitamente compreensível, de um lado, que os trabalhadores levem avante seu movimento reivindicatório de maneira extremamente disciplinada e pacífica. E, de outro lado, que a burguesia encare o movimento com muita tranqüilidade, na medida em que obviamente ele não implica em nenhuma ameaça para o capitalismo brasileiro. Sem dúvida a burguesia e em particular as empresas diretamente atingidas tenderão a negar as reivindicações e a contra-atacar, recusando legalidade e legitimidade à greve. Estas são as respostas naturais em um quadro de luta de classes.

Mas as lutas de classes são muito mais complexas do que esta simples oposição entre trabalhadores e burguesia. A tecnoburocracia estatal, geralmente aliada da burguesia, foi agora e momentaneamente colocada na condição de adversária, na medida em que a burguesia busca aumentar seu poder em detrimento do poder tecnoburocrático. Neste quadro a burguesia tenderá a procurar o apoio dos trabalhadores. A frente única em torno da idéia de democracia é obviamente o primeiro passo. Em seguida a burguesia deverá propor, provavelmente em termos renovados, um tipo de pacto populista. Caso venha a ser bem sucedida no projeto de um novo pacto social não apenas aumentará seu poder político, mas também neutralizará por algum tempo a luta de classes. Porque se a burguesia está disposta a aceitar essa luta, desde que institucionalizada, ela também estará sempre pronta a contorná-la ou cooptá-la, desde que seja possível.

Para os trabalhadores a aceitação de um novo pacto populista é pouco provável. As experiências anteriores encarregaram-se de denunciar esse tipo de estratégia. Já a frente ampla em torno da democracia parece algo inteiramente consentâneo com os interesses dos trabalhadores.

É comum ouvirmos que para os trabalhadores não importa democracia, o que importaria seriam melhores salá-

rios. Ora, esta afirmação, ainda que tenha uma base na realidade, é fundamentalmente incorreta. Realmente a democracia é originalmente um pleito mais burguês do que proletário. Mas os trabalhadores sabem de longa data que os regimes autoritários tendem a rebaixar seus salários e sua participação política muito mais do que os regimes democráticos. Os regimes autoritários em geral são montados nos momentos de crise para reprimir os trabalhadores. Alternativamente podem procurar se apoiar nos trabalhadores para reprimir antigas classes dominantes de formações pré-capitalistas, como aconteceu em certas revoluções nacionais; ou então para reprimir a burguesia, como aconteceu nas revoluções comunistas. Mas, nestes dois últimos casos, em que se procura cooptar os trabalhadores para o novo regime autoritário, o poder acaba em um caso nas mãos da burguesia, no outro nas mãos da tecnoburocracia estatal comunista. Em ambos os casos os trabalhadores são rapidamente alijados do poder. Por outro lado, na medida em que os trabalhadores brasileiros vêm seus sindicatos sob constante intervenção de um Estado tutelar e opressivo, eles vão-se dando conta de que a possibilidade de repressão desse Estado depende diretamente do grau de seu autoritarismo.

Para os trabalhadores, portanto, a participação em uma frente ampla democrática parece a redução óbvia. É o que está acontecendo hoje no Brasil, no bojo da presente crise política. Desde as eleições de novembro de 1974 os trabalhadores definiram com clareza não só sua repulsa ao processo de concentração de renda então em marcha, mas também ao regime autoritário vigente. A democracia pode ser originalmente burguesa, mas há muito deixou de ser exclusivamente um projeto da burguesia. A democracia também pode ser um instrumento dos trabalhadores desde que seu conceito vá sendo constantemente ampliado através da luta de classes institucionalizada pelos mecanismos democráticos. Através da democracia será possível chegar ao socialismo. Porque se os trabalhadores não são, por natureza, uma classe revolucionária, não há dúvida de que a construção do socialismo democrático só poderá ser baseada na sua vontade e na sua participação política.

(Folha de S. Paulo, 10 de junho de 1978.)